

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO: concepções de estudantes de Letras ingressantes

VARIACIÓN LINGÜÍSTICA Y ENSEÑANZA: concepciones de los estudiantes que ingresan a la carrera de Letras

LINGUISTIC VARIATION AND TEACHING: conceptions of entry Language students

Letícia Macário de Lima¹ 

Marilze Tavares² 

Resumo

O trabalho buscou verificar as impressões de estudantes de Letras acerca das línguas e variedades de línguas com as quais se convive, bem como o conhecimento a respeito de questões linguísticas com as quais os acadêmicos chegam ao Curso, especialmente, sobre os conceitos de norma, gramática, preconceito e erro linguístico. A pesquisa teve como referência as concepções de linguistas, como Bagno (2006, 2007 e 2009), Bortoni-Ricardo (2015), Faraco (2008, 2015) e Camacho (2011), sobre esses assuntos que são amplamente abordados durante a graduação. Para isso, foi produzido um formulário composto por questões abertas e de múltipla escolha, que foi respondido remotamente por dez discentes do primeiro semestre do Curso de Letras da UFGD do ano de 2023. A partir da análise dos dados recolhidos, foi possível perceber que, enquanto os acadêmicos admitem algumas das características da língua, como a mudança, que é natural em todos os idiomas, ainda acreditam em certos preconceitos, como o de que a norma culta é a forma correta e os usos fora dela são erros. Essas concepções, segundo linguistas, como Faraco (2015), são causadas pelo discurso conservador, que desaprova a presença de temas como a variação linguística na sala de aula.

Palavras-chave: Variação linguística. Ensino. Acadêmicos de Letras.

Resumen

El trabajo buscó verificar las impresiones de los estudiantes que ingresan a la carrera de Letras sobre las lenguas y variedades de lenguas que conviven, así como los conocimientos respecto a las cuestiones lingüísticas con los que los académicos llegan al Curso, especialmente sobre los conceptos de norma, gramática, prejuicios y errores lingüísticos. La investigación tuvo como referencia la concepción de lingüistas, como Bagno (2006, 2007 y

¹ Graduada em Letras. UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. FALE – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras. Dourados. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: lemacariolima@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem. UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. FALE – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras. Dourados. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: marilzetavares@ufgd.edu.br

Como referenciar este artigo:

LIMA, Letícia Macário de; TAVARES, Marilze. Variação linguística e ensino: concepções de estudantes de Letras ingressantes. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8113, 2025.
DOI: <http://doi.org/10.22196/rp.v22i0.8113>

2009), Bortoni-Ricardo (2015), Faraco (2008, 2015) y Camacho (2011), sobre estos temas que son ampliamente tratados durante la graduación. Para ello, se elaboró un formulario compuesto por preguntas abiertas y de opción múltiple, que fue respondido de forma remota por diez estudiantes del primer semestre de la Carrera de Literatura de la UFGD en el año 2023. A partir del análisis de los datos recolectados, fue posible nos damos cuenta de que, si bien los académicos admiten algunas de las características de la lengua, como el cambio, que es natural en todas las lenguas, todavía creen en ciertos prejuicios, como el de que la norma aprendida es la forma correcta y los usos fuera de ella son errores. Estas concepciones, según lingüistas como Faraco (2015), están provocadas por el discurso conservador, que desapruueba la presencia de temas como la variación lingüística en el aula.

Palabras clave: Variación lingüística. Enseñanza. Estudiantes de graduación en Letras.

Abstract

The work sought to verify the impressions of Languages students about the languages and varieties of languages they live with, as well as the knowledge regarding linguistic issues with which academics arrive at the course, especially about the concepts of norm, grammar, linguistic prejudice and error. The research had as reference the conception of linguists, such as Bagno (2006, 2007 and 2009), Bortoni-Ricardo (2015), Faraco (2008 and 2015) and Camacho (2011), on this subject that is widely covered during graduation. To this end, a form composed of open and multiple-choice questions was produced, which was answered remotely by ten students from the first semester of the Languages course at UFGD in the years of 2023. From the analysis of the data collected, it was possible to realize that while academics admit some of the characteristics of the language, such as change, which is natural in all languages, they still believe in certain prejudices, such as that the formal norm is the correct form and uses outside of it are errors. These conceptions, according to linguists such as Faraco (2015), are caused by conservative discourse, which disapproves of the presence of topics such as linguistic variation in the classroom.

Keywords: Linguistic variation. Teaching. Language academics.

Introdução

Pode-se afirmar que estudantes concluintes da educação básica, obrigatoriamente, estudaram diversos conteúdos, no componente curricular de Língua Portuguesa, que incluem questões ligadas à diversidade linguística de modo geral, especialmente à variação e à mudança na língua materna. Desse público, é possível que a parcela que, ao final do Ensino Médio, opta por um curso de Letras seja um pouco mais atenta e, talvez, sensível a questões linguísticas como essas mencionadas entre outras.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa cujos resultados estão apresentados neste texto teve como objetivo verificar o conhecimento ou as impressões que acadêmicos de Letras ingressantes têm em relação a temas como variação, norma,

gramática, preconceito e erro linguístico, bem como suas opiniões e crenças quanto à própria variedade linguística e as variedades de outras pessoas.

Considera-se que, de modo geral, qualquer curso de Letras, especialmente os que formam profissionais que atuarão no ensino de línguas, oportunizam discussões referentes ao tema da pesquisa apresentada neste texto. Nesse sentido, os resultados aqui expostos podem contribuir para se compreender o que já está claro para acadêmicos que chegam ao curso e o que vai merecer um pouco mais de atenção por parte dos professores que formam os futuros profissionais.

Há vários outros estudos semelhantes a este já publicados. Portanto, o caráter inédito fica por conta da diferença do contexto geográfico, do público e do momento em que a pesquisa foi realizada. Convém mencionar que a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) atende, principalmente, estudantes de pequenos municípios do interior do estado de Mato Grosso do Sul e as informações foram coletadas no ano de 2023.

Para analisar as informações obtidas junto aos estudantes – conforme explicitado mais adiante no item referente à metodologia –, considerou-se necessário retomar documentos oficiais que orientam o ensino de língua portuguesa para a educação básica – PCN (1998, 2000) e BNCC (2018) – bem como algumas reflexões teóricas de linguistas, especialmente daqueles que se propõem a discutir questões de variação linguística relacionada ao ensino de língua, como Bagno (2006, 2007 e 2009), Bortoni-Ricardo (2015), Camacho (1988, 2011, 2022), Faraco (2008, 2015), entre outros.

1 Variação linguística e ensino: breves considerações

Dentre os documentos gerais que orientam o ensino na educação básica do Brasil estão os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998; 2000) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017). Os PCN para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, há cerca de duas décadas e meia, já deixavam clara a seguinte premissa:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em língua portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala (Brasil, 1998, p. 20).

O mesmo documento alerta ainda sobre dois mitos que são propagados pela escola com relação à fala dos alunos e que devem ser abolidos: o de que há uma fala “correta”, que é a mais parecida com a escrita; e que, para escrever “bem”, é necessário falar “*bem*”, por isso a fala precisa ser “*consertada*”.

De modo geral, os PCN (1998) deixam evidente que a escola deve promover a reflexão sobre os usos nas diversas situações comunicativas e isso inclui, especialmente, as situações de formalidade, ou seja, situações em que o uso de uma variedade considerada culta é requerido. Além disso, é preciso orientar sobre a necessidade de se compreender que fala e escrita são modalidades distintas, ou seja, que é um mito considerar que “falar bem” é falar como se escreve.

Os PCN voltados para o Ensino Médio, por sua vez, defendem que “o desenvolvimento da competência linguística do aluno” não significa “domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão”, mas sim a adaptabilidade de uso perante situações e objetivos (Brasil, 2000, p. 11). Novamente fica evidente que, no uso da língua, o mais importante é a adequação aos propósitos da comunicação e isso inclui a variedade culta e todas as outras com as quais os estudantes convivem.

Já a BNCC, documento mais recente, registra como objetivo do Eixo da Análise Linguística/Semiótica, questões referentes a mudança, variação e valor social.

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (Brasil, 2017, p. 81).

Dentre as habilidades previstas para os alunos de Língua Portuguesa no Ensino Médio, está, de modo explícito:

(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos (Brasil, 2018, p. 510).

Constata-se, portanto, que questões relacionadas à variação e à mudança estão explicitamente presentes nos principais documentos que orientam o ensino de língua. Dessa forma, teoricamente, todos os estudantes das escolas brasileiras terão contato com esses conteúdos e discussões tanto na etapa do Ensino Fundamental quanto na etapa do Ensino Médio.

No entanto, na prática, talvez ainda haja um caminho a ser percorrido nesse quesito. Isso porque pesquisadores já observaram que há situações em que a escola espera que o aluno substitua, completamente, a variedade que conhece, na qual é fluente, pela variedade da escola. Bortoni-Ricardo (2015), por exemplo, afirma que esse não deve ser o papel da instituição escolar, isto é, que sua função é a de conscientizar os alunos da existência de diversas formas de falar, que elas têm propósitos diferentes e são percebidas distintamente pela sociedade. Ou, em outras palavras, como mencionado na BNCC (2018), há valores sociais distintos para cada variedade linguística.

A autora citada elenca dois resultados insatisfatórios do ensino impositivo da norma culta para grande parte da população brasileira que usa outras variedades: “[...] não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua padrão” (Bortoni-Ricardo, 2015, p.15).

Diante disso, um trabalho que parte do pressuposto de que a língua é um fenômeno em constante construção e desconstrução, que varia conforme fatores distintos e se altera também conforme as necessidades dos falantes envolvidos na prática da comunicação, não pode desconsiderar que a norma culta ou a variedade considerada de prestígio é apenas uma entre as várias outras normas válidas na sociedade.

Essa ideia parece ser consensual na linguística já há algum tempo. Ainda assim convém retomar Faraco (2008), que afirma que não existe língua homogênea, que ela se constitui de variedades e cada variedade possui regras e estruturas suficientemente funcionais, que segue a norma da comunidade que a utiliza. Segundo o autor, a palavra norma refere-se aos fenômenos linguísticos usuais e frequentes em uma comunidade de fala e representa o que é normal para determinado grupo de falantes.

Também sobre norma, muito antes, Coseriu (1979, p. 45) explicara que “[...] há elementos que não são únicos ou ocasionais, mas sociais, isto é, normais e repetidos no falar de uma comunidade. [...] Sobre a base do chamado ‘produto linguístico’ se pode estabelecer um sistema normal.” Em outras palavras, as normas são construídas socialmente pelos falantes e são estabelecidas a partir do que é habitual para a comunidade linguística.

Dito isso, futuros professores, estudantes, as pessoas de modo geral, precisam ter em vista que a norma culta é uma dessas variedades existentes. Faraco (2008, p. 71) a conceitua da seguinte forma: “A expressão norma culta/comum/standard [...] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita.”

Ainda em relação ao conceito de norma, vale mencionar que é comum que as expressões norma culta e norma padrão sejam utilizadas como sinônimos, no entanto, a distinção seria relevante porque poderia interferir no que se toma como objetivos para as aulas de língua materna: trabalhar para que os estudantes sejam proficientes na norma culta ou insistir na tentativa de se chegar à norma padrão? Para Bagno (2006), a diferença entre elas é que a norma padrão não é utilizada por falantes reais, é utilizada como um molde a ser seguido, mas que, na verdade, ninguém segue à risca. O autor afirma que ela tem mais um teor sociocultural que linguístico e acrescenta:

Existe um conjunto enorme de regras para o uso da língua que compõem uma norma, um padrão de língua, mas que, na realidade, não é uma norma, padrão variedade, pois ninguém obedece rigidamente a todas aquelas regras ali prescritas, nem mesmo o falante mais culto, mais escolarizado, mais

preocupado em controlar sua fala ou sua escrita. Esse falante pode até conseguir respeitar uma boa porcentagem das regras padronizadas, mas nunca respeitará todas elas (Bagno, 2006, p. 194).

Dessa forma, pode-se falar em norma padrão (aquela abstrata, que só existe na gramática), norma culta (aquela concreta, considerada de prestígio e utilizada especialmente em situações formais) e em várias outras normas normais em uma sociedade, que são resultadas da variação linguística. Dentre os vários autores brasileiros que já trataram desse assunto, Possenti (1998, p. 33) reitera que

[...] todas as línguas variam, isto é, não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma; a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status e de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua.

Bagno (2009) lembra que as variações linguísticas acontecem em todos os níveis da língua: fonético-fonológico, morfológico, sintático, lexical, semântico. Além disso, a variação tem origem tanto em fatores internos, como as relações e influências que ocorrem entre os elementos que compõem a língua quanto em fatores externos, que dependem do indivíduo falante (como origem geográfica, escolaridade, *status* socioeconômico, idade) dentre outros.

A esse respeito, Camacho (1988) apresenta uma sistematização bastante didática, que também é retomada por Bagno (2009) entre outros autores: variação histórica (diacrônica), variação geográfica (diatópica), variação social (diastrática), variação estilística (diafásica). O último autor, no entanto, expõe mais uma classificação – a variação diamésica, na qual inclui as diferenças entre fala e escrita.

A partir dos conceitos de variação, em especial da variação diamésica, é possível constatar que tanto a fala quanto a escrita variam. Pela definição de variação estilística/diafásica, fica evidente que ambas as manifestações se adequam seguindo a formalidade da situação em que ocorrem. Convém mencionar ainda, que, mais recentemente, a variação estilística tem sido examinada no âmbito da combinação de variáveis que resultam em diferentes modos de falar; e esse diferentes modos de falar, por sua vez, funcionam para a construção da identidade

dos falantes, o que ocorre nas chamadas comunidades de práticas (Camacho, 2022).

Dessa forma, já estaria esclarecido que é um mito a ideia de que a fala é informal e a escrita é formal. Isso porque as duas modalidades estão sujeitas a diferentes graus de monitoramento e se prestam a diferentes tipos de situações. Entende-se que essa é uma noção que todo estudante, desde a educação básica, precisa ter, ainda que nenhuma terminologia técnica para esses fenômenos seja empregada pelo professor.

Nesse raciocínio, convém mencionar ainda que a realidade da mudança linguística também parece ser um consenso entre os que se puserem a observar com um pouco mais de atenção os fatos linguísticos de uma época em comparação com outra. A esse respeito, Labov (2008, p. 21) assegura que

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.

Bagno (2009) explica que o processo de uma mudança começa pela concorrência entre variantes. A mudança se consolida quando uma das variantes se sobrepõe à outra para a maioria dos falantes e a perdedora desaparece do uso cotidiano. Esse fenômeno é parte intrínseca e natural da língua; a língua portuguesa, por exemplo, é resultado da mudança de uma variedade popular do latim. Quando se entende esse fato, evitam-se afirmações equivocadas como: “os jovens falam errado”, “a língua está em crise”, “estão matando o português”, “atualmente não se fala tão bem quanto no passado”.

Entretanto, quando os falantes não têm oportunidade de refletir sobre essas questões, podem desenvolver crenças e atitudes que nem sempre serão positivas em relação à língua ou a variedades de língua que utilizam ou às práticas linguísticas alheias. Vale mencionar que as crenças são vinculadas às atitudes, e correspondem às reações causadas pela exposição à fonte de uma crença. Lambert e Lambert (1968, p.83) salientam a importância das atitudes, pois elas “afetam nossos

julgamentos e percepções sobre os outros”, o que influencia nossas escolhas e posturas.

Essa influência, como explicam Lambert e Lambert (1968, p. 78), pode gerar reações negativas, entre as quais a de que uma pessoa “[...] estará pronta para classificar pessoas e acontecimentos em um de seus padrões emocionalmente elaborados”, o que a impossibilitaria de “reconhecer a individualidade dessas pessoas e eventos”.

Essa discussão surge no âmbito da Psicologia Social e depois é incorporada também pela Linguística na avaliação de outras situações. Determinadas crenças levariam, então, a atitudes de preconceitos, inclusive linguísticos. Ainda sobre essa questão, Fenner (2013, p.37) reflete sobre a atitude e seus efeitos em uma comunidade.

[...] os fenômenos considerados rurais ou vulgares produzem uma atitude negativa que leva ao seu rechaço, que costuma apresentar consequências na conduta linguística dos falantes [...]: tende-se a usar o que se considera mais aceitável e a não usar o rechaçável.

Crenças como a de que uma variedade é melhor, mais bonita ou mais correta que outra; que a prática linguística de alguém é sinônimo de falta de cultura; que a fala precisa de reparo ou ser substituída por outra; que uma variação empobrece a língua; são todas resultado do preconceito linguístico. Para Bagno (2009), esse tipo de preconceito é quase invisível, despercebido pela grande maioria das pessoas, não recebe a mesma visibilidade e oposição que outras formas de preconceito recebem e não é combatido com avidez ou é o foco intenso de políticas públicas. Segundo o autor,

[...] o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: as gramáticas normativas e boa parte dos livros didáticos disponíveis no mercado. (Bagno, 2009, p. 23)

Esse tipo de preconceito é tão naturalizado que é propagado, escancaradamente, pelas mais populares mídias, e algumas variedades linguísticas

são constantemente utilizadas para criar humor em programas de televisão ou em redes sociais, por exemplo, sendo retratadas como erradas, engraçadas ou marginalizadas.

Assim, pode-se relacionar o preconceito linguístico a não compreensão do conceito de erro linguístico. Monteiro (1999, p. 33), discutindo essa questão, defende que “[...] o que se condena no uso da língua ou são variantes populares estigmatizadas ou construções pouco frequentes, mas possíveis”. Esse autor explica que o júri que qualifica o que é erro é bastante seletivo em seus critérios. Se um uso fora da norma de prestígio ocorre na fala popular é erro, se acontece, por exemplo, em uma obra tida como clássica, encontram-se justificativas.

Bagno (2009) acrescenta que a noção de erro linguístico nasceu do processo de normatização da língua em um bloco homogêneo, e, com as primeiras gramáticas, fundaram-se ideias que permanecem até hoje. A partir delas, conforme explica, o que passa a ser compreendido como erro, nada mais é do que variedades que são desprestigiadas:

[...] todo e qualquer uso que escape desse modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada; toda pronúncia, todo vocabulário e toda sintaxe que revelem a origem social desprestigiada do falante; tudo o que não conste dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso à escolarização formal e à cultura legitimada. (Bagno, 2009, p. 69)

Diante do exposto, fica evidente o teor muito mais socioeconômico que linguístico desse preconceito que, assim como outros tipos de discriminação, buscam estigmatizar um grupo que é maioria no Brasil, constituído através das articulações de uma minoria marcada por privilégios que levam às desigualdades existentes ao longo dos processos históricos no país.

De acordo com Possenti (1998, p. 80): “Diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua.” Pensando nisso, uma possibilidade de contornar essas questões que geram o preconceito é a substituição da noção de erro pela concepção de agramaticalidade, que há muito é comentada pelos linguistas. Esse conceito representa construções

que soam anormais para um falante fluente, uma frase que foge dos padrões naturais compreendidos pela comunidade linguística.

Apresentadas as reflexões consideradas relevantes para o tema da pesquisa, na sequência, estão expostos os procedimentos metodológicos.

2 Procedimentos metodológicos

Reitera-se que o objetivo do estudo foi investigar impressões de acadêmicos ingressantes ao curso de Letras da Universidade Federal da Grande Dourados referentes a línguas e variedades de línguas com as quais convivem, bem como suas opiniões a respeito de determinados temas linguísticos sobre os quais terão oportunidade de refletir durante o curso e que também subsidiarão, futuramente, sua atuação profissional.

Para a coleta das impressões dos estudantes ingressantes ao curso de Letras, foi elaborado um instrumento com oito questões e mais onze afirmações breves que os participantes deveriam avaliar informando se concordavam, discordavam ou se não sabiam avaliar. Registra-se que algumas questões foram adaptadas do formulário utilizado por Silva e Botassini (2015), para uma investigação relativamente semelhante, mas em outro contexto. Optou-se por transcrever ou parafrasear as questões no momento da análise para facilitar a compreensão para o leitor deste texto.

O instrumento da pesquisa foi enviado aos 23 estudantes matriculados no primeiro semestre do curso de Letras do ano de 2023. Como a participação era voluntária, apenas dez acadêmicos devolveram o instrumento respondido. Salienta-se que os participantes não foram identificados e, na análise apresentada na sequência, são referenciados apenas como participante 01, participante 02 etc.

Os acadêmicos que responderam ao formulário têm idade entre dezessete e quarenta e sete anos; cinco se identificam com o gênero feminino, três com o masculino e dois não se identificam com nenhum dos gêneros; todos são residentes na região sul do estado de Mato Grosso do Sul.

Na sequência, expõem-se os resultados obtidos juntos aos estudantes e

algumas considerações referentes a esses resultados.

3 Análise dos resultados

Para a primeira pergunta do questionário, os estudantes deveriam informar se, em sua opinião, para aprender a língua portuguesa, era necessário aprender gramática. Seis responderam afirmativamente, ou seja, que o conhecimento da gramática é necessário para compreensão da língua; enquanto quatro marcaram a opção “um pouco”. As duas respostas transcritas, exemplificam o que se teve como resultado.

Participante 01: Entender as regras é necessário para que a produção, seja ela textual ou oral, seja boa. Entender a gramática permite passar a mensagem sem ruídos ou obstáculos causados por uma falta de entendimento gramatical.

Participante 05: Se não tivesse domínio da gramática não entenderia o português. A gramática é importante para falar e escrever de forma clara.

Como se nota por essas respostas, o conceito de gramática fixado pelos estudantes é o de gramática normativa. Estando esses acadêmicos no curso de Letras, terão que ter a percepção de que essa é apenas uma das possíveis concepções de gramática. Além disso, há muito tempo, é consenso entre os linguistas que nenhum falante precisa ter estudado uma gramática normativa para compreender e ser compreendido por meio da língua. Segue mais uma resposta para a mesma questão:

Participante 04: A comunicação se baseia na intenção do interlocutor e no recebimento do ouvinte, as regras gramaticais, embora não tão importantes para isso, auxilia para melhor entendimento e contextualização do que se espera transmitir.

O participante 04 também acredita que as regras gramaticais – ao que consta, está se referindo à gramática normativa – em alguma medida, têm importância para que as pessoas se entendam melhor. Não fica claro, porém, o que significa “melhor entendimento” e em que tipo de contexto regras gramaticais poderiam ter importância.

A segunda questão da pesquisa foi a seguinte: “Na sua opinião, é necessário ensinar/aprender gramática na escola?” Dos participantes, nove assinalaram que sim, e apenas um acredita que o estudo de gramática não é necessário na escola.

Em relação a esse assunto, já há algum tempo, linguistas, especialmente os que se dedicam a temas relacionados ao ensino, têm discutido sobre os objetivos das aulas de língua portuguesa. Travaglia (2002, p. 136), por exemplo, menciona que é possível “ensinar a língua, o que resulta em habilidades de uso da língua” e “b) ensinar sobre a língua, o que resulta em conhecimento teórico (descritivo e explicativo) sobre a língua”. No desenvolvimento de sua reflexão, em síntese, esse autor menciona que o professor terá que decidir, por exemplo, quanto tempo das aulas dedicará a cada um desses objetivos, além, evidentemente, de ter claras as concepções de gramática. Seguem alguns trechos de respostas dos estudantes para essa questão:

Participante 03: É necessário saber a gramática, pois se trata da nossa língua materna, falamos português (no caso do Brasil) desde que começamos a virar gente, precisamos saber, no mínimo, as bases da língua.

Participante 10: É importante saber as regras gramaticais quando for escrever um texto formal, por exemplo.

Conforme se constata, para o participante 3, a gramática seria a própria língua ou “as bases” da língua, no entanto o conhecimento de gramática normativa, conforme mencionado, é apenas um conhecimento teórico que pode ser útil em situações muito específicas. Já em relação à resposta do participante 10, é preciso considerar que, ainda que dominar uma nomenclatura possa ser útil para se compreenderem regras da variedade considerada prestigiada, o conhecimento da gramática normativa não é condição suficiente para se adquirir a competência de escrever um texto formal. Essa habilidade demanda, entre outras questões, compreensão das características dos gêneros e exposição frequente a textos formais.

Na terceira questão, os participantes deveriam responder se achavam que a escola precisaria se ocupar, exclusivamente, do ensino da norma culta. Seis

responderam que não, enquanto quatro responderam que sim, como se verifica nas duas respostas seguintes.

Participante 02: Sim, porque é uma forma de orientar os alunos a forma correta. O foco tem que ser a norma culta sempre.

Participante 09: Sim, precisa ser a norma culta, porque vai ajudar, principalmente, na hora de fazer um vestibular, um concurso.

Em contrapartida, os participantes que discordam fizeram os seguintes comentários:

Participante 01: Todo tipo de linguagem deve ser entendido pelo aluno para que ele seja capaz de atuar em diferentes áreas.

Participante 06: Não apenas a norma culta. É preciso nortear o aluno para que ele saiba usar as regras e aplicar quando necessário, mas não excluir a diversidade e outros pontos a serem explorados na língua e linguagem.

Entre as respostas que defendem o trabalho exclusivo com a norma culta está, por exemplo, a preocupação com o vestibular e outros concursos. Entretanto, a maioria dos participantes demonstra entender a importância das outras variedades, o que, algumas vezes, fica contraditório com outras respostas dadas para outras questões.

Sobre essa discussão, é importante reiterar, conforme já discutido no referencial teórico, que o ensino exclusivo de norma culta é uma prática que, segundo Bortoni-Ricardo (2015), pode ser mais prejudicial do que benéfica para alunos que utilizam outras variedades. Isso porque, muitas vezes, é feito de forma impositiva, desprezando-se a experiência do aluno, o que desenvolve nele um tipo de insegurança, além de falhar no ensino eficiente da norma a que se propõe. A mesma autora ainda afirma que o verdadeiro papel da escola não deve ser o de impor uma norma como única perante os alunos, mas sim o de apresentar as muitas variedades linguísticas, seus propósitos e a forma como são avaliadas na sociedade. Dessa forma, a escola deve ter papel de conscientização e não de apagamento ou substituição. Nesse sentido, convém transcrever parte da reflexão de Camacho (2011):

É urgente mudar para o modelo da diferença, adotando outra estratégia para o ensino da língua materna. Nessa perspectiva, o ensino da variedade-padrão continua a ser um dever da escola e um direito do aluno, mas não precisa ser necessariamente substitutivo e, por isso, não implica a erradicação das variedades não-padrão. As formas alternativas de expressão podem conviver harmoniosamente na sala de aula; cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para ele perceber as diferenças de valor social entre as variedades que lhe permita depois selecionar a mais adequada, conforme as exigências das circunstâncias da interação (Camacho, 2011, p. 49).

A quarta questão indagava, mais diretamente, o que os participantes entendiam por variação linguística. Para cinco participantes, a variação linguística se referia a diferenças regionais, como nos exemplos transcritos a seguir.

Participante 03: Variação linguística são os sotaques de diferentes regiões do país, a forma única que algumas pessoas pronunciam palavras específicas, como os nordestinos.

Participante 09: Se me lembro bem, variação linguística é como a língua muda de região para região, como exemplo é "mandioca", "aipim" e "macaxeira" que são a mesma coisa.

Convém reiterar que compreender que existem diferenças linguísticas decorrentes da região é importante como conhecimento básico, mas é necessário ter em vista que a região do falante é apenas um dos vários fatores que resultam em variação. Além disso, a variação não atinge apenas o léxico, mas todos os níveis da língua.

Três participantes comentaram que o fenômeno se dá tanto na fala quanto na escrita. Enquanto outros três exemplificam apenas casos orais. A resposta que segue demonstra que o/a participante entende a variação como um fenômeno mais amplo, já que menciona que seria "qualquer diferença de se expressar".

Participante 01: Variação linguística é qualquer diferença de se expressar, seja ela específica de uma região, comunidade ou área. A variação linguística é presente tanto em gírias e dialetos regionais, mas também na diferença da forma de se expressar em textos científicos e poesia, por exemplo.

A quinta questão foi: “Algumas pessoas dizem que ‘a língua portuguesa está decadente, caminhando para a degradação, que os jovens, principalmente, falam muito errado’. Você concorda com isso?”

Das respostas obtidas para essa questão, sete responderam que concordavam parcialmente, duas marcaram que não, e uma assinalou que sim. Mesmo que a maior parte das respostas aponte para o parcialmente, as justificativas pareceram mais em favor da ideia de “degradação da língua” e de que “os jovens falam errado”, conforme se constata no comentário seguinte.

Participante 09: De fato, os jovens estão falando muito errado, criam novas gírias e termos, o que não pode não ser visto como ruim, mostra como a língua está “viva”. Mas é completamente diferente de interpretação de texto e escrita, isso sim tá em decadência sim.

Dessa forma, verificou-se que, ao mesmo tempo em que os estudantes admitem a variação e a mudança como fenômenos naturais, ainda acreditam que a norma culta é a única forma correta e os usos fora dela são erros – “os jovens estão falando muito errado”. Na resposta que segue, por exemplo, o/a participante expressa que o “padrão formal” corresponde ao “uso correto”.

Participante 07: Acredito que existam diferentes formas de usar a linguagem e quando se é solicitado deve se usar a linguagem padrão formal que abrange o uso correto de regras gramaticais. Porém fora disso acredito que possa existir a liberdade do uso informal em cada contexto.

O comentário do/a participante 07 apresenta uma interpretação razoável dos diferentes usos linguísticos, porém, como se nota, ao mesmo tempo em que se admitem as diferenças, o pressuposto, mais uma vez, é a existência de uma única forma correta.

De maneira explícita ou implícita, as respostas, em sua maioria, sintetizam uma série de preconceitos linguísticos cuja origem está atrelada à história sociolinguística da sociedade brasileira. Quando, por exemplo, no século XIX, os escritores do país tentavam criar uma identidade literária e linguística nacionais, se diferenciando da cultura e da língua de Portugal, a reação foi negativa por parte de vários letrados lusitanos. O resultado foi um ato de discriminação quanto ao

português falado no Brasil, e o que antes era tido como diferença, passou a ser tratado como erro (Faraco, 2015).

Mesmo muito tempo depois, essa ideia continua refletindo-se, inclusive, no meio acadêmico e perpassando a opinião de indivíduos escolarizados, que consideram a norma usada cotidianamente por milhões de falantes como erro. Isso comprova a necessidade de se abordar com mais ênfase a história e a realidade linguísticas do país em sala de aula seja da educação básica seja do nível superior.

Para a sexta questão, os participantes deveriam responder se já sofreram/sentiram algum tipo de preconceito ou constrangimento por sua maneira de falar. Ou se já presenciaram essa situação com outra pessoa. Sete participantes confirmaram já terem sofrido ou presenciado algum tipo de preconceito linguístico, enquanto três negaram. Os trechos seguintes são exemplos de respostas obtidas.

Participante 01: Já presenciei sim. É muito comum pessoas serem diminuídas pela forma de falar. Variações linguísticas específicas de regiões mais pobres são diminuídas por outros em ambientes de trabalho ou na escola, por exemplo.

Participante 04: Conversando com um amigo de outro estado, ele começou a fazer brincadeiras em relação ao meu "r" que ele fala que é puxado demais.

A partir dessas respostas, vale reiterar que o preconceito linguístico não tem sua origem na língua em si, mas, assim como todos os outros preconceitos, surge de questões socioculturais. Em alguns casos, ocorrem simplesmente por falta de consciência da existência das diferenças sociolinguísticas do país.

A sétima pergunta procurou investigar se os participantes acreditavam que a língua escrita era mais formal que a língua falada. Seis respostas indicaram que *sim* e quatro participantes assinalaram *às vezes*. A esse respeito, vale lembrar que tanto a fala quanto a escrita podem ser formais ou informais a depender do contexto, das intenções das pessoas que estão envolvidas na interação, do gênero do texto. Porém, ao que consta, isso ainda não está suficientemente claro para a maioria dos participantes da pesquisa.

Na oitava questão, os informantes deveriam responder o que, para eles, seria um erro linguístico (ou um erro de língua portuguesa). Parte dos participantes cita

questões relativas à convenção ortográfica e parte menciona que o erro ocorre quando a norma culta não é utilizada, como se verifica nos trechos das respostas a seguir.

Participante 03: Há um erro quando, por exemplo, a frase não é coesa. Ou alguém escreve uma palavra faltando ou acrescentando letras.

Participante 04: Um exemplo é quando escrevem: "Invadirão minha casa ontem". [Referindo-se à ortografia da forma "invadiram"].

Participante 06: É quando escrevemos e dizemos algo que não vai entrar na regra, por exemplo o erro de plural: "eles não vai".

Participante 07: Um erro linguístico é algo que foge das regras gramaticais da norma padrão formal – quando a pessoa não obedece as regras da gramática, fala errado.

Convém lembrar que, conforme afirma Possenti (1998, p. 80), "[...] diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua." Assim, uma construção em que ocorre concordância verbal diferente do que é previsto pela norma padrão só estaria errada se a perspectiva de análise fosse dessa referida norma.

A última parte do instrumento de pesquisa procurou verificar mais diretamente as impressões dos estudantes em relação às questões já discutidas. Para isso, os participantes deveriam responder apenas concordo, discordo ou não sei responder sobre onze afirmações que lhes foram apresentadas. Os resultados obtidos estão demonstrados no quadro a seguir.

Quadro 01: Resultados obtidos em relação às afirmações apresentadas.

Afirmações	Concordo	Discordo	Não sei
a. Em algumas regiões do país, as pessoas falam melhor a língua portuguesa.	3	6	1
b. Em alguns estados do Brasil, as pessoas têm sotaques engraçados.	5	4	1
c. A língua portuguesa do passado não era mais correta; apenas diferente da que temos hoje.	8	2	0
d. A fala dos moradores de MS é neutra, sem sotaques.	1	9	0

e. Algumas línguas ou variedade de línguas são mais bonitas/agradáveis de ouvir.	7	2	1
f. A língua portuguesa é muito difícil.	8	2	0
g. Existem outras maneiras de falar mais bonitas que a minha.	4	3	3
h. É normal que a fala seja diferente da escrita.	9	0	1
i. As classes sociais altas falam melhor que as classes médias e baixas.	1	8	1
j. Deveríamos nos esforçar para falarmos como escrevemos.	3	6	1
k. Como futuro professor de língua (portuguesa ou inglesa), preciso aprender gramática.	10	0	0

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Comparando-se as respostas das demais questões do formulário da pesquisa com os resultados obtidos nessa última questão que apresentava afirmações para os estudantes avaliarem, é possível perceber certa contradição em relação às opiniões emitidas sobre alguns temas. Por exemplo, pelas respostas obtidas na afirmação da letra “c”, oito estudantes entendem que a língua do passado não era melhor que a de agora, mas apenas diferente. Entretanto, na questão cinco, sete participantes concordaram – ao menos parcialmente – com afirmações preconceituosas que podem ser explicadas pela não compreensão do fenômeno da mudança linguística.

Desse quadro, convém destacar ainda os resultados obtidos para os itens “e” e “f”. Ou seja, com as respostas para o item “e”, verificou-se que mais da metade dos participantes acredita que existem sotaques engraçados e variedade de línguas (ou línguas) mais agradáveis de ouvir. Esse tipo de crença pode resultar em disseminação de atitudes preconceituosas em relação aos usos linguísticos. Já as respostas para o item “f” evidenciam que os estudantes consideram a própria língua difícil e, possivelmente, estejam se referindo à gramática normativa. Isso é um problema porque demonstra que confundem a língua com a gramática, portanto uma questão a ser revista com atenção durante a graduação.

Considerações finais

A análise das respostas obtidas permite constatar que os estudantes que

ingressam no curso de Letras, a julgar por essa amostra que participou da pesquisa, têm uma compreensão parcial e razoável dos temas sobre os quais emitiram opinião. Isso aponta, no mínimo, para a necessidade de mais leituras e reflexões sistemáticas sobre essas temáticas por parte dos estudantes.

O prestígio tradicional da gramática normativa e o desconhecimento da história sociolinguística brasileira resulta em pensamentos de que, ainda que se admitam usos variáveis da língua, a forma correta, de fato, sempre será a que estiver de acordo com a gramática normativa do português do colonizador europeu.

No contexto dessa discussão, pode-se citar Poso e Monteiro (2021, p. 04), que em artigo que aborda “a pedagogia decolonial que valoriza as multiculturas”, afirmam que, para se alcançarem as desejadas transformações sociais, é necessário problematizar axiomas, sacudir certezas, respeitar diferenças. E a formação docente deve ter em vista “uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a emancipação social”. Nesse sentido, considera-se que compreender melhor determinadas questões sociolinguísticas como a valorização/desvalorização de alguns usos linguísticos em detrimento de outros também se constituem como um aspecto importante para o tipo de educação transformadora que se deseja. Isso passa, evidentemente, pela formação de professores.

No que se refere a resultados mais específicos obtidos pela pesquisa, verificou-se, por exemplo, que o tema variação linguística é bem conhecido pelos participantes, embora eles tenham mencionado, quase que exclusivamente, aspectos da variação geográfica, o que demonstra uma compreensão parcial desse fenômeno.

O estudo demonstrou também que, para a maior parte dos participantes da pesquisa, o uso correto da língua se dá por meio do conhecimento da gramática normativa, o que de maneira alguma representa a realidade linguística de nenhum falante real – ainda que se admita que o conhecimento desse tipo de gramática possa ser útil para algumas finalidades, e necessário ao futuro professor de língua materna ou estrangeira.

Desse modo, determinados tópicos como norma, gramática normativa e erro linguístico ainda demandam receber mais atenção, visto que os preconceitos explícitos ou implícitos podem ter origem na falta de familiaridade com o assunto. E continuam refletindo um projeto sociocultural elitista que, como alerta Faraco (2015,

p. 23), nega a verdadeira cara linguística do Brasil e aceita a subordinação aos parâmetros normativos do português europeu.

Por fim, é preciso admitir que os resultados obtidos apresentam apenas uma pequena amostra já que a quantidade de participantes da pesquisa foi pequena. Ainda assim, acredita-se que essa amostra pode, de fato, ser representativa das concepções da maioria dos estudantes que chega ao curso de Letras. Por isso, entende-se que os resultados expostos neste artigo são relevantes à medida que auxiliam na compreensão das crenças de estudantes, e essa compreensão pode ser útil aos professores que preparam outros futuros professores.

Referências

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 52. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais, 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/parametros-curriculares-nacionais>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio) – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 20 mar. 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguemos na escola, e agora?**: sociolinguística e educação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

CAMACHO, Roberto. A variação linguística. In: **Subsídios à proposta curricular de**

Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1988.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas. In: **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 34-49, v. 11.

CAMACHO, Roberto. Da linguística formal à linguística social: o protagonismo do falante. In: BRANDÃO-SILVA, F; ROMUALDO, E. C.; PEREIRA, H.B.[Orgs.] **Da variação linguística à "pedagogia da variação"**: descrição e ensino de português. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e lingüística geral**: cinco estudos. Tradução: Agostinho Dias Carneiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Presença Edições; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

FENNER, Any Lamb. **Crenças e atitudes linguísticas**: um estudo comparativo de línguas em contato em duas comunidades do oeste paranaense. 2013. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28667/1/Tese%20Any%20-%20completa%20-%20final%2030-01-2014..pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (org.). **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidades e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 19-30.

LAMBERT, Wallace; LAMBERT, William. **Psicologia social**. Tradução: Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MONTEIRO, José Lemos. Erro gramatical ou preconceito lingüístico? **Revista do GELNE** (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste), Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 32-33, 1999. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31403/1/1999_art_jlmonteiro.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

POSO, Fabiana de Freitas; MONTEIRO, Bruno Andrade Pinto. A perspectiva decolonial nos cursos de formação de professores: : Uma revisão de literatura. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 23, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5358>. Acesso em: 15 maio 2024.

SILVA, Flávio Brandão; BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Crenças e Atitudes Linguísticas: o que pensam os alunos de Letras sobre o ensino de Língua Portuguesa.

Letras & Letras, Uberlândia, v. 31, n. 2, p. 61–85, 2015. DOI:
10.14393/LL62-v31n2a2015-4. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/31457>. Acesso em: 18 dez.
2023.

TRAVÁGLIA, Luiz Carlos. **Por que ensinar teoria gramatical**. Revista de Estudos
da Linguagem, Belo Horizonte, v.10, n. 2, p.135-231, jul./dez. 2002.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 1. ed. Campinas:
Mercado das Letras, 1998.

Submetido em: 02-07-2024

Aprovado em: 26-04-2025

Publicado em: 29-06-2025